



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

PROCESSO Nº 22.520/2018

PARECER Nº 1009/2020 - G3P

EMENTA: Representação. Processo eletrônico. CBMDF. Militares. Supostas irregularidades relacionadas à preterição na escala hierárquica funcional da Corporação. Conhecimento. Improcedência. Pedido de Reexame. Conhecimento. Análise de mérito. Instrução pelo desprovimento do Recurso. Parecer parcialmente divergente do Ministério Público de Contas do DF. Pelo provimento parcial do Recurso.

Versam os autos sobre o exame de Representação formulada por militares integrantes do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF, Pedro Armando Sousa Almeida e Fernando Dantas Santos, acerca de supostas irregularidades relacionadas à preterição dos interessados na escala hierárquica funcional da Corporação (Peça 1).

2. A preterição alegada teria sido ocasionada pela consideração de data de ingresso supostamente divergente da realidade, posto que o atraso teria sido ocasionado por falhas cometidas pelo CBMDF, no que diz respeito ao tempo necessário para reincluir os militares recorrentes nas fileiras da Corporação, após decisão favorável por eles obtida.

3. A Representação em voga foi considerada improcedente, consoante a Decisão nº 3.502/2019 (Peça 30). Eis o teor:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, com o qual concorda o Revisor, Conselheiro MÁRCIO MICHEL, decidiu: I - tomar conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 1756/2018 - CBMDF/GABCG (e-doc C4ACDAD2-c), encaminhado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, considerando cumprida a diligência (...); II - considerar improcedente a Representação de que tratam os autos em exame (e-doc 069B873D-c); III - dar ciência desta decisão aos Representantes e ao Corpo de Bombeiros (...); IV - autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para fins de arquivamento.

4. Irresignados, os signatários da Representação interpuseram Pedido de Reexame contra o item II da deliberação supra (Peça 41), que foi conhecido, no efeito suspensivo, pela Decisão nº 91/2020 (Peça 46), ao tempo em que se concedeu prazo ao CBMDF “para apresentação de contrarrazões recursais”, e cujo mérito ora se examina.

5. O Núcleo de Recursos do TCDF apresentou as alegações recursais, em suma, nos seguintes termos:

7. Ao destacar a divergência entre os votos do Relator e do Revisor, os recorrentes ressaltam “que as reinclusões ocorreram, pois, à época, os militares cumpriam os requisitos elencados pelo próprio Decreto Distrital 35.851/2014, de outra sorte não haveria decisão favorável neste sentido, vale dizer tanto administrativa (decisão do Governador em despacho no DODF nº 274, de 31/12/2014), quanto judicial (sentença nº 0710585-54.2017.8.070018 do militar Pedro Armando Sousa Almeida). Além disso, são reconhecidamente válidas as reavaliações psicológicas de ambos”.

8. Nesse raciocínio, os recorrentes questionam que “um desses requisitos mencionados pelo Decreto é justamente a aprovação no curso de formação. Então,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

nesse caso, somente militar que já tivesse obtido classificação na escala hierárquica estaria habilitado a ser novamente reavaliado. Assim sendo, o critério [classificação na escala hierárquica] foi utilizado num primeiro momento para reavaliação, após isso, utilizado em um segundo momento para a reinclusão dos militares às fileiras, posto que não necessitaram se submeter novamente a curso de formação, entretanto, para a reclassificação de cada militar a formação profissional foi simplesmente desconsiderada?”.

9. Com amparo no voto do Revisor, os recorrentes entendem ser “devido o ressarcimento de preterição”, vez que “um dos argumentos apresentados pela Corporação, no processo SEI nº 00053-0001876/2017-34 (anexo 1), quando da reinclusão do militar Pedro Armando Sousa Almeida, não há qualquer pertinência à situação aqui aventada, haja vista utilizarem como parâmetro a “LTIP” que trata de concessão de licença para tratamento de interesse particular”, sendo “de conhecimento (do) Tribunal de Contas, que o desligamento dos Interessados não se deu por ato voluntário, buscando afastamento espontâneo da corporação para tratar de questão pessoal. Outrossim, a previsão para a referida licença é específica e prevista pelo legislador em caso restrito, já que a regra se aplica unicamente para a LTIP. Ademais, o parecer utilizado da PGDF para fundamentar é de 2005 e tratava tão somente da LTIP em que havia previsão expressa na lei, ficando claro, mais uma vez, o erro administrativo”.

10. Por sua vez, quanto “ao argumento utilizado no processo SEI nº 00053-00092077/2017-93 (anexo 2), com respeito à necessidade de interstício mínimo, quando em resposta ao militar Pedro Armando Sousa Almeida, no qual Ihe foi negada a solicitação, não se trata de requisito para promoção em ressarcimento de preterição, já que, conforme a legislação de regência já matizada, o direito de preterição é decorrente do reconhecimento do direito de promoção que caberia ao militar preterido”.

11. Para os recorrentes, “a própria lógica do ressarcimento de preterição garante o direito de ocupar a posição hierárquica devida. Além disso, o interstício mínimo é exigido para casos de promoção por antiguidade, conforme se denota do caput do artigo 12 do Decreto Distrital nº 10174/1987, e não para promoção em ressarcimento de preterição. Ora, se a causa para que os Interessados ainda não tenham cumprido o requisito do interstício mínimo foi um erro comprovado da Administração, não podem ser responsabilizados e punidos indefinidamente, do contrário nunca haveria efetivamente promoção em ressarcimento de preterição. Nesse sentido, entende a jurisprudência do TJDFT”.

4 ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR. RESSARCIMENTO POR PRETERIÇÃO. REQUISITOS PARA PROMOÇÃO. ATENDIMENTO. I - O termo inicial de contagem do prazo prescricional é a data em que ocorrida a violação ao direito, no caso da **promoção em ressarcimento de preterição** a data em que o policial deveria ter sido promovido ao posto e não o foi. II - **Estando demonstrado o preenchimento dos requisitos formalmente exigidos, à época, para a almejada promoção ao posto de 2º tenente, o ressarcimento por preterição é medida que se impõe.** II - Deu-se provimento ao recurso. (Acórdão 623681, 20110111614206APC, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Revisor: VERA ANDRIGHI, 6ª Turma Cível, data de julgamento: 26/9/2012, publicado no DJE: 4/10/2012. Pág.: 163).

12. Assim, “verifica-se a necessidade de aplicação do ressarcimento de preterição, de forma a reclassificar os Interessados em sua turma de origem, e também suas promoções às graduações de 3º Sargento QBMG-01, ocupando suas devidas posições em suas respectivas turmas. Na remota hipótese de não se considerar erro da Administração, quando (da) reincorporação dos militares, sobressaindo-se a necessidade de cumprimento do interstício mínimo, o que se admite apenas como hipótese, permanece ainda a necessidade de ser reconhecido o direito de



MPCDF

Fl.
Proc.: 22520/18

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

permanecerem em sua turma de origem e, conseqüentemente, suas respectivas posições no Quadro”.

13. Os recorrentes destacam que “a promoção por antiguidade, segundo o artigo 70 da Lei nº 12.086, se baseia no princípio da hierarquia, de acordo com a posição no Quadro”, e que “a posição no Quadro, por sua vez, de acordo com o artigo 93 da Lei nº 12.086, inciso II, parte da classificação no curso inicial”.

5 Art. 70. Promoção por antiguidade é aquela que se baseia na precedência hierárquica de um militar sobre os demais de igual grau hierárquico, dentro do mesmo Quadro.

6 Art. 93. Quadro de Acesso é a relação nominal dos bombeiros militares organizados por pastas ou graduações, dentro dos respectivos Quadros e Qualificações existentes na Corporação, colocados na seguinte ordem: I - decrescente de precedência hierárquica, de acordo com o disposto no Estatuto dos Bombeiros Militares, aprovado pela Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986, para as promoções por antiguidade ou por ato de bravura; **II - de forma crescente, a partir do primeiro colocado do curso inicial de cada Quadro, considerando-se a classificação geral entre todas as turmas existentes no respectivo curso para promoção por merecimento, baseada na ordem de classificação obtida ao final dos respectivos cursos;** e III - decrescente, segundo o resultado da soma algébrica da quantidade de votos recebidos em todos os fatores de avaliação do desempenho para a promoção por merecimento aos postos definidos, conforme dispõem os incisos I a III do § 2º do art. 71.

14. Segundo os recorrentes, “o curso inicial a que se refere o artigo mencionado faz referência ao Curso de Formação, não aos cursos de aperfeiçoamento que podem ser realizados ao longo da carreira, pois estes não alteram a ordem de classificação. Conseqüentemente, na promoção por antiguidade, a classificação é obtida tendo como base a posição obtida no Curso de Formação, de acordo com a turma em que o curso foi realizado. Assim, o critério para promoção é essencialmente centrado na classificação entre todas as turmas do curso de formação. Como, no caso, os Interessados cursaram em turmas específicas em curso de formação, essa é a classificação que deve ser utilizada para pautar suas promoções”.

15. No entanto, prosseguem os recorrentes, “pode-se observar que, após as reinclusões ao CBMDF, em 2017, foram reclassificados ilegalmente em turmas posteriores, de forma a subverter completamente a lógica da racionalidade do direito castrense, balizada nos princípios da hierarquia e da disciplina, prejudicando-os imensamente em todas as promoções que venham a ter pelo restante de suas carreiras. Isso também ficou claro quando o militar Fernando Dantas Santos, ao solicitar ressarcimento de preterição, a Corporação concedeu ao interessado classificação diversa da turma em que havia obtido sua formação como bombeiro militar. Ora, embora sua turma também já esteja toda na graduação de 3º sargento, a Corporação apenas concedeu ao interessado a graduação de cabo, conforme publicação em Boletim Geral nº 186, de 28, de setembro, de 2018 (anexo 3 - página 5”.

16. Além disso, de acordo com os recorrentes, “percebe-se que as respectivas reclassificações carecem de um critério objetivo, pois ocorreram de forma completamente aleatória. A própria jurisprudência do TJDFT é clara no sentido de que não é possível o enquadramento em turma diferente daquela em que foi realizado o Curso de Formação”.

7 FAZENDA PÚBLICA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. **BOMBEIRO MILITAR DO DF. CURSO DE FORMAÇÃO REALIZADO EM TURMA POSTERIOR À QUE O CANDIDATO INGRESSARIA SE NÃO TIVESSE OCORRIDO A REPROVAÇÃO ANULADA POR DECISÃO JUDICIAL. RECLASSIFICAÇÃO NA ESCALA HIERÁRQUICA. INVABILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL DECIDIDA PELO STF (Tema 454, RE 629392). RECURSO IMPROVIDO. I. É certo que o bombeiro militar será ressarcido de preterição quando tiver sido prejudicado por comprovado erro administrativo, bem como é exigível o curso de formação e aprovação em estágio probatório para ingresso no Quadro Geral de Praças, na graduação de Soldado de Primeira Classe (Lei nº 12.086/2009, Art.74, inciso V c/c Art. 80). II. No presente caso, o recorrente sustenta que, por erro administrativo, não participou do Curso de Formação de Praças (CFP III/2013) em 07.06.2013, razão pela qual, em síntese, **pleiteia****



MPCDF

Fl.
Proc.: 22520/18

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

a reclassificação na escala hierárquica, como se o tivesse frequentado ("mesma data de ingresso"). III. De início, importante destacar que o requerente à época não integrava o quadro de pessoal da Administração (circunstância preponderante para a pretensão autoral), cuja convocação para participar do CFP Especial/2017 ocorreu por força de decisão judicial que anulou o ato de reprovação em exame psicotécnico e questão etária. IV. Insubsistente a tese recursal, uma vez que a decisão ora revista está em consonância com a **tese firmada pela Suprema Corte (Tema 454, RE 629392, DJE 1º.2.2018 - repercussão geral)** no sentido de que "A nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de ato judicial, à qual atribuída eficácia retroativa, não gera direito às promoções ou progressões funcionais que alcançariam houvesse ocorrido, a tempo e modo, a nomeação". V. Desse modo, escorreita a sentença que decidiu pela improcedência do pedido, na medida em que **não se pode transpor aproveitamento de um curso de formação para outro sem ofensa à isonomia quanto aos demais membros da corporação que efetivamente cursaram o CFP III/2013. Inclusive o caso não se amolda às hipóteses legais de ressarcimento por preterição, uma vez que não houve erro administrativo, mas sim sentença judicial que determinou a nomeação e o ingresso do autor na carreira.** Precedente: TJDFT, 2ª Turma Recursal, Acórdão nº 1164866, DJE: 16/04/2019. (...) VII. Recurso conhecido e improvido. Sentença confirmada por seus próprios fundamentos (Lei 9.099/95, Art. 46). (...).

JUIZADO ESPECIAL. FAZENDA. DIREITO ADMINISTRATIVO. **BOMBEIRO MILITAR. RECLASSIFICAÇÃO NO CURSO DE FORMAÇÃO E INCLUSÃO NOS LIMITES QUANTITATIVOS DE INGRESSO POR ANTIGUIDADE NO QUADRO DE ACESSO DO CBMDF. IMPOSSIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL DECIDA PELO STF.** 1. Trata-se de recurso inominado interposto contra sentença que condenou o recorrente na obrigação de reclassificar o autor, na escala hierárquica da respectiva carreira, considerando a nota por ele obtida no Curso de Formação de Praças da Turma B, iniciado em 20 de fevereiro de 2012, como se tivesse sido obtida no Curso de Formação de Praças da Turma A, realizado anteriormente, a ser observado nas futuras movimentações na carreira. **2. O Distrito Federal assevera que a classificação correta do autor é a 397ª alusiva à Turma B, da qual foi integrante e realizou o curso de formação, etapa que inaugura e determina a posição do militar na escala hierárquica na corporação militar para as futuras promoções e, não, a 359ª alusiva à Turma A, como pleiteia o autor.** 3. O STF decidiu no RE 629392, com repercussão geral, que a nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de ato judicial, à qual atribuída eficácia retroativa, não gera direito às promoções ou progressões funcionais que alcançariam se houvesse ocorrido, a tempo e modo, a nomeação. Desse modo, não assiste razão ao autor/recorrido, devendo sua classificação ser considerada para fins de promoção na carreira a 397ª, obtida no curso de formação realizado na Turma B, que concluiu em 07 de novembro de 2012. 4. RECURSO CONHECIDO e PROVIDO. Sentença reformada, para que seja considerada, para fins de promoção na carreira, a 397ª colocação obtida no curso de formação realizado na Turma B, em 7/11/12. (...).

JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. **CARREIRA DE PRAÇAS** da polícia MILITAR DO DF. Participação em curso de formação posterior em decorrência de decisão judicial e de aptidão em novo exame psicotécnico. **Inexistência de erro da administração pública. Impossibilidade de RECLASSIFICAÇÃO NA ESCALA HIERÁRQUICA. RECURSO CONHECIDO e IMPROVIDO.** 1. Trata-se de recurso interposto pelo autor contra a sentença que julgou improcedentes os pedidos iniciais. 2. O recorrente sustenta, em síntese, que, em razão de **erro da administração**, deixou de participar do Curso de Formação de Praças (CFP) II/2010 da carreira da Polícia Militar do Distrito Federal, o qual foi concluído na data de 24/11/2011, e de ser promovido à graduação de Cabo na data de 26/12/2016. 3. Requer a sua promoção ao cargo de Soldado 1ª Classe a partir de 24/11/2011, bem como a correspondente reclassificação na escala hierárquica na carreira da PMDF, com a utilização da sua nota obtida no CFP III/2014. 4. Subsidiariamente, o recorrente requer a sua reclassificação na escala hierárquica da carreira na última vaga do CFP II/2011. 5. No caso, autor, inicialmente, foi eliminado do concurso previsto no Edital 001/2009 - DP/PMDF. A matrícula do autor no CFP-III, iniciado na data de 24/03/2014, ocorreu após a conferência da sua **recomendação ao cargo, avaliada em novo exame psicotécnico** (ID 5990900), realizado em cumprimento de decisão judicial. Portanto, **não restou verificado o alegado erro da administração pública.** 6. **É incabível a requerida reclassificação na escala hierárquica se o autor não frequentou o Curso de Formação de Praças II/2010, finalizado na data de 24/11/2011.** 7. Incabível, ainda, a requerida promoção à graduação de Cabo Policial Militar na data de 26/12/2016, pois **o autor concluiu o CFP na data de 14/08/2014, sendo esse o termo inicial para o preenchimento dos requisitos para a sua progressão na carreira da PMDF.** 8. Ressalta-se que o requerente, diferentemente daqueles que participaram do CFP-II/2010, **sequer integrou o quadro de pessoal da corporação durante o período de 24/11/2011 a 14/03/2014.** 9. Destarte, **incabível a procedência da demanda.** (...). Acórdão nº 1139889, 07014420720188070018, Relator: FERNANDO ANTONIO TAVERNARD LIMA, 3ª Turma



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 27/11/2018, Publicado no DJE: 30/11/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada. 11. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. (...).

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PMDF - **ELIMINAÇÃO REVERTIDA POR DECISÃO JUDICIAL. CURSO DE FORMAÇÃO REALIZADO EM TURMA POSTERIOR. PRETENSÃO DE RECLASSIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.** 1. Pretende o autor e recorrente, soldado policial militar, que o Distrito Federal o reclassifique (na carreira), "com base na antiguidade, levando em consideração a nota obtida no CFP IV, (8,828), e a data que privilegia os participantes do 3º Curso de Formação Policial - CFP III, qual seja 14/08/2014". 2. Esclarece-se que o recorrente havia sido eliminado do concurso público para ingresso na corporação, pelo fato de não ter concluído o nível de escolaridade superior no momento da inscrição no Curso de Formação de Praças (CFP). **Obteve o direito à matrícula no curso de formação através de decisão judicial.** No entanto, segundo consta, quando o recorrente teve deferido o direito de ser incorporado ao curso de formação, em 26/05/2014, o 3º curso já havia iniciado em 21/03/2014, com data de término em 14/08/2014 - inclusive, consta da ata de conclusão do 3º curso de formação (ID 5219323) que diversos candidatos, entre eles o recorrente, deveriam ser rematriculados, "por não terem concluído o curso, em razão da não integralização das disciplinas", motivo pelo qual ele foi matriculado, cursou e foi aprovado no 4º curso de formação de praças, finalizado em 10/04/2015. **3. Ora, além do impeditivo lógico de querer ser considerado aprovado, para os efeitos de hierarquia e progressão funcional, em curso de formação do qual não teria como participar integralmente das disciplinas, as quais devem ter um percentual mínimo de presença, no que se refere às aulas efetivamente assistidas (como em qualquer curso), a pretensão do recorrente traz também reflexos na situação funcional de terceiros, pois o princípio hierárquico das polícias militares se baseia na antiguidade, que é dada tanto pela data de ingresso na corporação, quanto pela colocação em referência aos demais colegas/militares - tempo e nota do curso de formação.** 4. O STF, em sede de repercussão geral, Tema 454, já assentou entendimento sobre a questão: "CONCURSO PÚBLICO - NOMEAÇÃO - ORDEM JUDICIAL - PROMOÇÕES. A nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público, por meio de ato judicial, à qual atribuída eficácia retroativa, não gera direito às promoções ou progressões funcionais que alcançariam houvesse ocorrido, a tempo e modo, a nomeação. (RE 629392, Relator (a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 08/06/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-018 DIVULG 31-01-2018 PUBLIC 01-02- 2018)" 5. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 6. Sentença mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos, com súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do artigo 46 da Lei nº 9.099/95. (...).

17. Desse modo, segundo os recorrentes, é pacífico o entendimento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF "no sentido de que só é possível o enquadramento na turma em que foi realizada Curso de Formação. Importante ressaltar que a lei não menciona a perda da antiguidade e hierarquia no caso de reintegração, cujo tempo de serviço, mencionado no artigo 120, §2º da Lei nº 12.086, só é computado para fins previdenciários".

8 Art. 120. Os bombeiros-militares começam a contar o tempo de serviço no Corpo de Bombeiros a partir da data de sua inclusão, matrícula em órgão de formação do bombeiro-militar ou nomeação para o posto ou graduação no Corpo do Bombeiros. (...) § 2º O bombeiro-militar reincluído recomeça a contar tempo de serviço da data de sua reinclusão.

18. Em face disso, os recorrentes pedem ao Tribunal que seja "**reconhecido o erro quanto (à) reclassificação dos militares PEDRO ARMANDO SOUSA ALMEIDA, mat. 2624672, e FERNANDO DANTAS SANTOS, mat. 2919572, pois foram preteridos e, em consequência, determine (que o CBMDF):**

1) corrija as respectivas classificações na escala hierárquica de praças dos militares **PEDRO ARMANDO SOUSA ALMEIDA, mat. 2.624.672, entre os militares LUCAS DE ARAÚJO BRITO, mat. 1.919.591, e JEFERSON JOSÉ MOTA DA SILVA, mat. 1.909.370, e FERNANDO DANTAS SANTOS, mat. 2.919.572, entre os militares KÁTIA REJANE MOREIRA SOARES, mat. 1.920.813, e IREMAR IZAÍAS DA SILVA JÚNIOR, mat. 1.920.507;**

2) promova os Bombeiros Militares **PEDRO ARMANDO SOUSA ALMEIDA, mat. 2.624.672, e FERNANDO DANTAS SANTOS, mat. 2.919.572, a graduação de 3º Sargento, em ressarcimento de preterição, consoante os artigos 70, 71 e 93 da Lei 12086/2009 e (...) a jurisprudência do TJDF, uma vez que, como visto, a reinclusão não afeta a antiguidade e hierarquia.**



MPCDF

Fl.
Proc.: 22520/18

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

3) ou, na remota possibilidade, sobressaindo-se a necessidade de cumprimento do interstício mínimo, que sejam reclassificados, tão logo cumpram a exigência, que, nesse caso, o militar Pedro Armando Sousa Almeida já possui e o militar Fernando Dantas Santos está na iminência de ter suprida a premissa”.

6. A Unidade Técnica informou que, pelo Ofício nº 385/2020 (Peça 53), o CBMDF encaminhou as contrarrazões recursais, na forma definida, com ênfase na Lei nº 7.479/86, no Decreto nº 35.851/14 e em decisões judiciais, contrapondo-se aos interesses dos recorrentes, com destaque para as suas circunstâncias funcionais, já conhecidas pelo Ofício SEI-GDF nº 1756/2018 - CBMDF (Peça 12), a fim de justificar a manutenção da decisão recorrida, indicando que restaria “claro que todos os atos administrativos praticados no âmbito do CBMDF foram baseados pela legalidade e que a representação proposta pelos demandantes carece de suporte fático e jurídico aptos a amparar o deferimento”.

7. Ato contínuo, historiou a situação funcional do primeiro interessado: Pedro Armando Sousa Almeida, Cabo QBMG-01:

20. No que se refere ao Sr. Pedro Armando Sousa Almeida, Cabo QBMG-01, matrícula nº 2624672 (Processo SEI nº 00053-00092077/2017-93), observa-se que o seu ingresso no CBMDF se deu em 09/02/2012, mediante provimento judicial liminar, posteriormente cassado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, tendo a Corporação, em consequência, anulado a sua incorporação, a contar de 09/02/2012 (Portaria de 17/07/2014, publicada no DODF de 23/07/2014).

21. Com a edição do Decreto nº 35.851, de 26/09/2014¹⁰, o Sr. Pedro Armando Sousa Almeida foi reincluído no CBMDF, a contar de 13/11/2017, tendo solicitado sua promoção em ressarcimento à preterição à graduação de 3º Sargento QBMG-01, a contar de 30/03/2016 (mesma data dos militares de sua turma do Curso de Formação de Praças), pleito esse indeferido pela Corporação, considerado o não preenchimento do requisito temporal estabelecido no inciso V do artigo 89 da Lei federal nº 12.086, de 06/11/2009¹¹, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 12 do Decreto nº 10.174, de 10/03/1987¹².

¹⁰ Dispõe sobre o provimento e a efetivação de policiais e bombeiros militares no serviço ativo do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências. (...) Art. 1º Os policiais militares e os bombeiros militares que, por força de decisão judicial tenham sido aprovados nos cursos de formação, previstos nos editais dos concursos publicados até a edição deste Decreto, poderão ser efetivados nos postos e nas graduações que se encontram, em caráter excepcional e à vista do interesse público, caso os motivos que ensejaram a propositura de demandas judiciais contra o Comandante-Geral da PMDF, o Comandante-Geral do CBMDF e o Distrito Federal sejam superados, de acordo com o procedimento previsto neste Decreto. Art. 2º Os Comandos Gerais da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal reapreciarão os fundamentos dos atos administrativos que acarretaram a propositura das demandas judiciais de que trata o artigo anterior. § 1º As reapreciações dos atos de que trata este artigo serão implementadas após a realização e a aprovação, conforme o caso, de novos: (...) IV – exame psicológico; (...) § 3º Superado em decisão fundamentada, o motivo que ensejou a propositura da demanda judicial, o Comandante-Geral da PMDF e o Comandante-Geral do CBMDF adotarão as providências necessárias à definitiva investidura do policial militar e do bombeiro militar no cargo que ocupa. Art. 4º Os atos administrativos decorrentes do disposto neste Decreto não acarretarão indenização pecuniária de qualquer natureza.

¹¹ Art. 89. Até que seja expedido o ato de que tratam os §§ 3o e 4o do art. 94, as promoções dos bombeiros militares serão feitas com base na legislação aplicável até o dia imediatamente anterior ao da publicação desta Lei, em relação aos seguintes aspectos: (...) V - interstícios, com as seguintes exceções: a) o interstício para Terceiro-Sargento BM será o mesmo previsto para o Primeiro-Sargento BM;

¹² Aprova o Regulamento de Promoções de Praças do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências. (...) Art. 12 - São condições imprescindíveis para a promoção à Graduação superior, pelo critério de antiguidade: (...) II - Ter completado, até a data de promoção, o requisito interstício, definido como o tempo mínimo de permanência em cada Graduação, que poderá ser reduzido até a metade por ato do Comandante-Geral da Corporação, mediante proposta da Diretoria de Pessoal e visando o preenchimento de vagas, cujos prazos são os seguintes: (...) c) para Cabo BM - dois anos;



MPCDF

Fl.
Proc.: 22520/18

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

22. Consoante informações prestadas pela Corporação (Ofício SEI-GDF nº 1756/2018 – CBMDF/GABCG, de 06/09/2018; Peça 12), o tempo de serviço ativo do Sr. Pedro Armando Sousa Almeida, *“quando foi excluído do CBMDF (totalizava) 03m.23d. (três meses e vinte e três dias) na graduação de Cabo. Esse tempo, somado com os dias após sua reinclusão, a contar de 13/11/2017, totalizou 00a.07m.22d. (sete meses e vinte e dois dias) na graduação de Cabo da QBMG-01 Operacional”*.

23. Demais, de acordo com o Ofício nº 385/2020 – CBMDF/6ABCG, de 02/03/2020 (Peça 53), o Sr. Pedro Armando Sousa Almeida permaneceu *“2 (dois) anos e 5 (cinco) meses sem vínculo funcional com a Corporação, o que interferiu na contagem do seu tempo de serviço e do interstício na graduação em que se encontrava”, e, portanto, “não possui o requisito INTERSTÍCIO, ou seja, o tempo mínimo de permanência de 2 anos na graduação de Cabo BM previsto na legislação, pois, conforme demonstrado acima, o militar possui apenas 00a.07m.22d. (sete meses e vinte e dois dias) na graduação de Cabo da QBMG-01 Operacional”*.

8. Em seguida, apresentou o histórico da situação funcional do segundo: Fernando Dantas Santos, Cabo QBMG-01:

24. Já o Sr. Fernando Dantas Santos, Cabo QBMG-01, matrícula nº 2919572 (Processo SEI nº 00053-00010284/2018-19), ingressou no CBMDF na data de 20/02/2012, igualmente por meio de providimento judicial liminar, mais tarde cassado pelo TJDFT, com a consequente exclusão da Corporação, a partir de 20/02/2012 (Portaria de 04/02/2014, publicada no DODF de 17/02/2014).

25. A reinclusão do Sr. Fernando Dantas Santos no CBMDF se deu em 27/12/2017 (Portaria de 22/12/2017, publicada no DODF de 27/12/2017), em cumprimento ao item II da Decisão nº 5838/2017 – TCDF¹³ e à luz do referido Decreto nº 35.851/2014.

¹³ O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício SEI – GDF nº 1738/2017 – CBMDF/GABCG (PEÇA 17), de 10.11.2017, considerando cumprida a diligência determinada pelo item II da Decisão nº 5.206/2017; II – **determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que proceda à “reinclusão” do Sr. Fernando Dantas Santos nos Quadros da Corporação, tendo em conta sua aprovação em nova avaliação psicológica realizada com fundamento no Decreto Distrital nº 35.851/2014 e no provimento exarado no Processo Administrativo nº 053.000.912/2013; (...). Processo nº 29830/2017 - Ato de admissão de servidores do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, decorrentes do concurso público regulado pelo Edital nº 1/2011.**

26. Uma vez reincluído nos quadros da Corporação, o Sr. Fernando Dantas Santos solicitou sua promoção em ressarcimento de preterição à graduação de 3º Sargento QBMG-01, a contar de 30/03/2016 (mesma data dos militares de sua turma do Curso de Formação de Praças), a qual restou indeferida em virtude da não satisfação do interstício mínimo referido no citado inciso V do artigo 89 da Lei federal nº 12.086/2009 c/c o artigo 12, inciso II, alínea “c” do Decreto nº 10.174/1987.

27. Segundo o Ofício nº 385/2020 - CBMDF/6ABCG, de 02/03/2020 (Peça 53), o Sr. Fernando Dantas Santos *“permaneceu sem vínculo jurídico com a Administração Militar por um período de 3 (três) anos, 10 (dez) meses e 23 (vinte e três) dias”, e “o lapso temporal compreendido entre a anulação de incorporação e a reinclusão (...) não (foi computado ou aproveitado) para qualquer fim funcional ou de carreira, em razão de ausência de labor nesse período, pois não (integrava) os quadros de pessoal em serviço ativo da Corporação”*.

9. Em sua análise de mérito, a Unidade Técnica, confrontando as alegações recursais, com as contrarrazões da Corporação, e com espeque na legislação e jurisprudência que considerou aplicáveis, rechaçou os argumentos dos Recorrentes, conforme a seguir:



MPCDF

Fl.
Proc.: 22520/18

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

28. De fato, como bem ressaltado pela Informação – DIADM/SEFIPE (Peça 13), “o tempo em que os militares estiveram afastados do serviço ativo da caserna não pode ser computado para fins de promoção, servindo como paralelo, por analogia, a vedação do cômputo de tempo ficto para fins de aposentadoria dos servidores públicos, nos termos do art. 40, § 10, da CF”.

29. Além disso, no caso dos recorrentes, a reinclusão nos quadros do CBMDF, em caráter excepcional, possibilitada pelo Decreto nº 35.851/2014, estava condicionada à realização e aprovação em novo exame psicológico, o qual veio a ser realizado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - CEBRASPE/Universidade de Brasília - UnB, contratado mediante inexigibilidade de licitação, consoante os motivos exposto no Memorando nº 016 – CEABM/DISAU, de 12/01/2015, citado no referido Ofício SEI-GDF nº 1756/2018 – CBMDF/GABCG (Peça 12¹⁴).

14 “(...) Diante da informação produzida pelo Centro de Assistência do CBMDF/Diretoria de Saúde, a qual demonstrou a possibilidade de quebra do Princípio da Isonomia, caso os testes psicológicos não fossem aplicados seguindo os mesmos parâmetros editalícios do concurso, foram imediatamente iniciadas as medidas administrativas para a contratação de pessoa jurídica para a reaplicação do teste de avaliação psicológica aos bombeiros militares que se encontravam na condição sub judice e que tivessem concluído com aproveitamento o respectivo curso de formação, visando garantir a que prescreve o § 2º, do Art. 2º do Decreto Distrital nº 35.851, de 26 de setembro de 2014. Nesse passo, foi instaurado o Processo SEI n.20053-000090/2015, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica para a reaplicação das avaliações psicológicas, com base no Decreto Distrital nº 35.851, de 26 de setembro de 2014. Ressalta-se que no referido processo foram adotadas as medidas administrativas necessárias, com a execução das fases do procedimento de inexigibilidade de licitação, o que culminou na contratação do CEBRASPE, conforme publicado no DODF nº 47, quinta-feira, 9 de março de 2017. Após, os militares na condição sub judice foram convocados para serem submetidos à nova avaliação psicológica. Aos aprovados foi aplicado o Decreto nº 35.851/2014, sendo cada processo individualizado por meio físico, analisado pela Comissão Permanente de Concursos - COPEC e encaminhado ao Comandante-Geral para proceder a investidura definitiva de cada militar. (...)”

30. Observa-se que o citado Memorando nº 016 – CEABM/DISAU/2015, anexado ao Ofício SEI-GDF nº 1756/2018 - CBMDF/GABCG (Peça 12), explicita que “foram imediatamente iniciadas as medidas administrativas para a contratação de pessoa jurídica para a reaplicação do teste de avaliação psicológica aos bombeiros militares que se encontravam na condição sub judice e que tivessem concluído com aproveitamento o respectivo curso de formação, visando garantir o que prescreve o § 2º, do Art. 2º, do Decreto Distrital nº 35.851, de 26 de setembro de 2014”, e que, após a contratação do CEBRASPE/UnB, “os militares na condição sub judice foram convocados para serem submetidos à nova avaliação psicológica”.

31. Esse é o ponto no qual se apegam as razões recursais, ou seja, a conclusão, com aproveitamento, do curso de formação realizado anteriormente à anulação das incorporações ao quadro do CBMDF.

32. De fato, no que se refere à presente discussão, o próprio Decreto nº 35.851/2014, em seus artigos 1º e 2º, §§ 1º, inciso V, e 2º, especifica que suas disposições se destinam ao provimento e a efetivação de bombeiros militares no serviço ativo do CBMDF, “que, por força de decisão judicial tenham sido aprovados nos cursos de formação, previstos nos editais dos concursos publicados até a edição”, devendo as respectivas reapreciações serem “implementadas após a realização e aprovação, conforme o caso”, de novo exame psicológico, haja vista ter sido esse “o motivo (já superado) que ensejou a propositura da demanda judicial”.

33. No entanto, segundo o artigo 4º, “os atos administrativos decorrentes do disposto (no Decreto nº 35.851/2014) não acarretarão indenização pecuniária de qualquer natureza”, aqui incluída, por óbvio, a eventual utilização de tempo de serviço ficto, de modo a sustentar a pretensão de ressarcimento de preterição à graduação de 3º Sargento QBMG-01, a contar de 30/03/2016 (mesma data dos militares de sua turma do Curso de Formação de Praças).



MPCDF

Fl.
Proc.: 22520/18

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

34. Não se questiona o fato de os recorrentes preencherem, à época, os requisitos do Decreto nº 35.851/2014, tanto que foram procedidas as reavaliações psicológicas de ambos, tal como previsto no referido normativo.

35. Entretanto, o mesmo Decreto nº 35.851/2014 normatizou um mecanismo preventivo de impacto nos cofres públicos, caso fossem permitidas indenizações pecuniárias de qualquer natureza, na esteira do provimento e da efetivação, em caráter excepcional, dos bombeiros militares.

36. Portanto, a excepcionalidade do provimento e da efetivação dos “*bombeiros militares que, por força de decisão judicial tenham sido aprovados nos cursos de formação, previstos nos editais dos concursos publicados até a edição*” do Decreto nº 35.851/2014, não teve o condão de possibilitar aos destinatários da norma idêntico tratamento reservado àqueles que obtiveram regular aprovação nos cursos de formação, sem a intervenção do Poder Judiciário.

37. A aplicação do princípio da isonomia, ou equivalência – igualdade perante a lei (artigo 5º, caput, da Constituição Federal) – deve ser compreendida na medida da máxima aristotélica: “*Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade*”.

38. Sob o ponto de vista formal, veda-se a utilização de critérios legais que ensejem tratamento discriminatório ou seletivo.

39. Do ponto de vista material, admite-se a adoção de critérios distintos direcionados a pessoas e a situações que requeiram tratamento diverso.

40. Nesse raciocínio, não há que se falar em violação do princípio da isonomia, como sustentam os requerentes.

41. A aprovação “*sub judice*” no curso de formação, invalidada pelo Poder Judiciário, posteriormente aproveitada em sede administrativa, “*em caráter excepcional e à vista do interesse público*”, não afastou a necessidade de cumprimento do interstício temporal legalmente exigido para as promoções subsequentes.

42. Nesse ponto, prescreve o Decreto nº 10.174/1987, artigo 42, § 2º, que “*para assegurar o equilíbrio e a regularidade no ingresso aos Quadros de Acesso às promoções por Antiguidade e Merecimento dos Sargentos, deverão ser estabelecidos os limites quantitativos de antiguidade, por Graduação e Qualificação de Bombeiro Militar Geral*”, excluindo-se dessas regras “os Soldados Bombeiros-Militares e os Cabos Bombeiros-Militares, os quais serão promovidos às graduações de Cabo e de 3º Sargento, respectivamente, na ordem de classificação obtida ao término do respectivo curso de formação”.

43. Por sua vez, o artigo 12, inciso II, alínea “c”, do mesmo Decreto nº 10.174/1987 prevê, como condição imprescindível “*para a promoção à Graduação superior, pelo critério de antiguidade (...) ter completado, até a data de promoção, o requisito interstício, definido como o tempo mínimo de permanência em cada Graduação, que poderá ser reduzido até a metade por ato do Comandante-Geral da Corporação, mediante proposta da Diretoria de Pessoal e visando o preenchimento de vagas, cujos prazos são os seguintes: (...) para Cabo BM – dois anos*”.

44. Neste caso concreto, num primeiro momento, a classificação obtida ao término do respectivo curso de formação foi invalidada, em decorrência de determinação judicial.

45. Mais tarde, com o advento do Decreto nº 35.851/2014, a circunstância de participação e aprovação no curso de formação foi aproveitada, em caráter excepcional, vedada qualquer forma de indenização.



MPCDF

Fl.
Proc.: 22520/18

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

46. Logo, o direito de permanecer na turma original do curso de formação não confere aos recorrentes o direito de contar o tempo de afastamento das fileiras da Corporação, por determinação judicial, como serviço efetivo.

47. Portanto, não se vislumbra erro administrativo da Corporação, a fim de justificar o pedido de ressarcimento de preterição de promoção.

48. A Lei federal nº 10.086/2009, em seu artigo 86, inciso II, prescreve como condição básica, imprescindível, que habilita *“o militar de Carreira à promoção ao posto ou graduação superior: (...) possuir o interstício exigido para o respectivo grau hierárquico (...)”*.

49. É entendimento do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios que *“a mera promoção de militares mais modernos não revela o direito subjetivo dos demais militares de serem igualmente promovidos, se não houver a comprovação de que, na época da pretendida ascensão, o pleiteante possuía todos os requisitos indispensáveis para tal desiderato”*.

50. Além disso, diz o mesmo Tribunal que *“o ressarcimento por preterição é possível somente se demonstrado que outro integrante da carreira em situação semelhante à do postulante obteve promoção em prejuízo deste último. Logo, o paradigma a ser utilizado no processo de promoção em ressarcimento por preterição é, em relação ao postulante, o militar imediatamente mais moderno na escala de antiguidade”*.

51. Demais, de acordo com o referido Tribunal, *“para o reconhecimento do direito à promoção em ressarcimento de preterição, não basta a prova do erro administrativo, sendo indispensável a comprovação de que, excluído o militar citado como paradigma, o demandante preenchia todos os requisitos legais, tal como a classificação dentro do número de vagas, entre outros”*.

15 Acórdão n.1015531, 20150111196007APC, Relator: SANDOVAL OLIVEIRA 2ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 03/05/2017, Publicado no DJE: 15/05/2017. Pág.: 219/227

16 Acórdão Número: 904674; Data de Julgamento: 28/10/2015; Órgão Julgador: 5ª TURMA CÍVEL; Relator: JOSAPHA FRANCISCO DOS SANTOS; Revisor: ANGELO PASSARELI; Data da Intimação ou da Publicação: Publicado no DJE: 11/11/2015. Pág.: 203.

17 Acórdão Número: 1059124; Data de Julgamento: 08/11/2017; Órgão Julgador: 7ª TURMA CÍVEL; Relator: FÁBIO EDUARDO MARQUES; Data da Intimação ou da Publicação: Publicado no DJE: 16/11/2017. Pág.: 564-566.

52. Em regra, segundo o TJDF, *“a reclassificação na escala numérica das praças do CBMDF deve se dar com observância tanto do critério de antiguidade, considerando o paradigma apontado, bem como a pontuação conferida aos militares nos respectivos Cursos de Formação de Cabo e 3º Sargento, que valida o critério do merecimento intelectual exigido”*.

18 Acórdão Número: 834206; Data de Julgamento: 19/11/2014; Órgão Julgador: 2ª TURMA CÍVEL; Relator: J.J. COSTA CARVALHO; Revisor: LEILA ARLANCH; Data da Intimação ou da Publicação: Publicado no DJE: 26/11/2014. Pág.: 131.

53. No mesmo sentido, *“não demonstrado o preenchimento dos requisitos formalmente exigidos à época, para a almejada promoção a 3º Sargento, não há que se falar em ressarcimento por preterição, eis que a antiguidade não é o único requisito a ser observado”*.

19 Acórdão Número: 780763; Data de Julgamento: 23/04/2014; Órgão Julgador: 5ª Turma Cível; Relator: ANGELO CANDUCCI PASSARELI; Revisor: JOÃO EGMONT; Data da Intimação ou da Publicação: Publicado no DJE: 25/04/2014. Pág.: 250.

54. No caso destes autos, a classificação obtida pelos recorrentes no curso de formação foi formalmente anulada, em decorrência da cassação de medida liminar pelo TJDF, a qual havia possibilitado a inclusão dos militares nos quadros do CBMDF.



MPCDF

Fl.
Proc.: 22520/18

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

55. Nesse interim, não houve qualquer atividade laboral, no âmbito do CBMDF, por parte dos recorrentes, até o momento em que foram reincluídos, por força do Decreto nº 35.851/2014.

56. Para o TJDF, *“a reintegração do militar excluído, (uma vez observada) a ordem de colocação no concurso por meio do qual ingressou na carreira, (não caracteriza a ocorrência da) preterição”*, haja vista que *“a realização do curso de formação, amparada em decisão antecipatória da tutela, não gera, por si só, o direito à promoção que configura o pedido principal, julgado improcedente”*, e que *“a condição individual de outros militares, obtida judicialmente, não serve de paradigma ao pedido de subversão da ordem de antiguidade”*²⁰.

²⁰ Acórdão Número: 278414; Data de Julgamento: 01/08/2007; Órgão Julgador: 2ª Turma Cível; Relator: ANGELO CANDUCCI PASSARELI; Revisor: CARMELITA BRASIL; Data da Intimação ou da Publicação: Publicado no DJU SEÇÃO 3: 23/08/2007. Pág.: 97.

57. A propósito da aferição do critério de antiguidade, e a título ilustrativo, interessante observar que, no entendimento do TJDF, *“apesar da possibilidade de averbação como efetivo tempo de serviço no assentamento funcional do militar do quadro do Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal o tempo em que o apelante serviu à Força Aérea Brasileira – FAB, (...) esse período não é válido para fins de antiguidade no CBMDF (...)”*²¹.

²¹ Acórdão Número: 755480; Data de Julgamento: 29/01/2014; Órgão Julgador: 6ª Turma Cível; Relator: ANA CANTARINO; Revisor: JAIR SOARES; Data da Intimação ou da Publicação: Publicado no DJE: 04/02/2014. Pág.: 183.

58. No caso, a reinclusão dos recorrentes nos quadros do CBMDF, por força do Decreto nº 35.851/2014, apenas aproveitou, excepcionalmente, a circunstância fática da anterior aprovação no curso de formação, para fins de possível efetivação *“nos postos e nas graduações que se encontram”*.

59. O lapso temporal transcorrido entre a anulação da incorporação e a reinclusão nos quadros do CBMDF – sem a efetiva prestação laboral – não pode e não deve ser computado para fins de promoção.

60. Cabe observar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal se firmou no sentido de que, *“na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial, o servidor não faz jus à indenização sob fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, salvo situação de arbitrariedade flagrante”*²².

²² STF. Plenário. RE 724347/DF, Rel. para acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 26/02/2015.

61. Nesse raciocínio, não há substrato jurídico para o deferimento dos pedidos constantes dos itens 1 e 2 do recurso sob exame, no que se refere à determinação de correção das respectivas classificações na escala hierárquica de praças dos militares, com as consequentes promoções.

62. Acerca da suposta discordância manifestada pelo i. Revisor, Conselheiro Márcio Michel (Voto Vista/Manifestação de Vista – GCMM; Peça 27), observa-se, a bem da verdade, a convergência com o entendimento do i. Relator, Conselheiro Paiva Martins (Voto - GCPM; Peça 29), excetuada a *“fundamentação diversa, simplificada, sem adentrar no mérito da ocorrência de ‘erro administrativo’”*, uma vez que, com relação ao *“Representante Fernando Dantas Santos, não consta dos autos informações que apontem para a existência de processo administrativo no CBMDF acerca da matéria aqui representada”*.

63. A ponderação feita pelo nominado i. Revisor vem ao ensejo do pedido formulado no item 3 do recurso, ao qual também deve ser negado provimento, tendo em conta que a verificação do cumprimento do interstício mínimo, para fins de



MPCDF

Fl.
Proc.: 22520/18

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

reclassificação, deve ser procedida, num primeiro momento, pela própria Corporação, sem interferência do Controle Externo.

64. Como bem ressaltado pelo i. Revisor, “*sem que haja requerimento pleiteando promoção junto à jurisdicionada, não há como o Tribunal manifestar-se sobre a matéria, porquanto não configurada nenhuma ilegalidade por parte do CBMDF*”.

10. Finalizando, a par de concluir pelo desprovimento do Pedido de Reexame, sugeriu ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento da Informação nº 092/2020 - NUREC;*
- II. no mérito, negar provimento ao Pedido de Reexame interposto em face do item II da Decisão nº 3502/2019, restabelecendo seus efeitos;*
- III. autorizar:*
 - a) o conhecimento*
 - b) do teor da decisão que vier a ser proferida aos recorrentes;*
 - b) o envio de cópia desta Decisão ao Núcleo de Recursos, como forma de viabilizar os correspondentes registros;*
 - c) o retorno dos autos à SEFIPE, para as devidas providências, incluindo o arquivamento do feito.*

11. Expostas as ponderações e conclusões apresentadas pelo Núcleo de Recursos do TCDF, cabe realçar que exsurge dos autos questão tormentosa envolvendo a situação funcional-militar dos interessados Pedro Armando Sousa Almeida, Cabo QBMG-01 e Fernando Dantas Santos, Cabo QBMG-01, matrícula nº 2624672.

12. No entender Ministerial, as questões afetas a ambos os casos convergem para a análise de alguns pontos cruciais, quanto a possíveis direitos, a saber: **a)** à reclassificação funcional, em face do reconhecimento da data de ingresso; **b)** ao aproveitamento do tempo de afastamento; **c)** à promoção por ressarcimento de preterição em decorrência de erro da administração.

13. Verifica-se que ambos os militares realizaram o mesmo Curso de Formação de Praças, do CBMDF, objeto de certame de 2011, em virtude de decisões judiciais precárias, as quais lhes haviam garantido a permanência no referido curso, em face de questionamentos acerca da avaliação psicológica, e, por conseguinte, o ingresso na Corporação em 2012, em datas distintas.

14. Os efeitos das decisões judiciais precárias cessaram posteriormente, fato que havia resultado na exclusão dos militares em 2014. Porém, naquele mesmo ano de 2014, o próprio GDF havia editado Decreto que lhes garantiria a reavaliação psicológica e o reingresso, independentemente do resultado definitivo das demandas judiciais.

15. Os interessados foram incluídos no rol dos militares que seriam reavaliados (Boletim Geral Interno nº 116, de 21.06.2016) e, mesmo após terem sido considerados aptos, não haviam sido reincluídos, o que motivou, naquele momento, a apreciação da questão por parte do Tribunal, consoante tratado no Processo nº 29.830/2017, tendo sido efetivamente reincluídos ao final do ano de 2017.



MPCDF

Fl.
Proc.: 22520/18

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

16. É certo que os militares contavam com decisões judiciais precárias, as quais foram afastadas por decisões judiciais definitivas desfavoráveis; o que havia motivado as exclusões. Ao depois, contaram com nova avaliação psicológica, e tiveram as situações superadas, visto que foram considerados aptos, puderam ser reincluídos e permanecerem “definitivamente” nas fileiras da Corporação, em decorrência do direcionamento administrativo, do interesse público, do caráter excepcional, não olvidando que o fato não acarretaria indenização pecuniária de qualquer natureza, consoante disposições insertas no próprio Decreto.

17. E certo, ainda, que os Recursos Administrativos manejados, com espeque no Decreto nº 35.851, de 2014, foram “acolhidos” pelo então Governador do DF, consoante Despacho, na forma a seguir, também de 2014:

DESPACHOS DO GOVERNADOR

Em 30 do dezembro de 2014.

Referência: Processo: (...)

*(...) Referência: Processo: 053.000.170/2014. Interessado: PEDRO ARMANDO SOUSA ALMEIDA. Assunto: RECURSO EM FACE DE ATO ADMINISTRATIVO DE ANULAÇÃO DE INCORPORAÇÃO. Acolho a Nota nº 480/2014 - CJDF/GAG, da Consultoria Jurídica do Distrito Federal, por seus próprios e jurídicos fundamentos, os quais adoto como razões de decidir, **para dar provimento ao recurso interposto de forma a deferir, para os fins do disposto no Decreto nº 35.851, de 26 de setembro de 2014, a reapreciação do ato administrativo de anulação de incorporação do Bombeiro Militar PEDRO ARMANDO SOUSA ALMEIDA, mediante a realização e eventual aprovação em novo exame psicológico.***

Restituam-se os autos ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para, com fundamento no art. 5º, do Decreto nº 35.851, de 26 de setembro de 2014, promover o cumprimento desta decisão.

(...)

Referência: Processo: 053.000.912/2013. Interessado: FERNANDO DANTAS SANTOS. Assunto: RECURSO EM FACE DE ATO ADMINISTRATIVO DE ANULAÇÃO DE INCORPORAÇÃO.

*Acolho a Nota nº 481/2014 - CJDF/GAG, da Consultoria Jurídica do Distrito Federal, por seus próprios e jurídicos fundamentos, os quais adoto como razões de decidir, **para dar provimento ao recurso interposto de forma a deferir, para os fins do disposto no Decreto nº 35.851, de 26 de setembro de 2014, a reapreciação do ato administrativo de anulação de incorporação do Bombeiro Militar FERNANDO DANTAS SANTOS, mediante a realização e eventual aprovação em novo exame psicológico.***

Restituam-se os autos ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para, com fundamento no art. 5º, do Decreto nº 35.851, de 26 de setembro de 2014, promover o cumprimento desta decisão.

18. Contudo, embora a Administração não tenha se quedado inerte, visto que vinha envidando esforços e tratativas junto à PGDF, ao GDF, e ao CEBRASPE, a concretização ocorreu somente após os Editais nº 92, de 2017 (de Convocação para reavaliação psicológica) e nº 93, de 2017 (de Resultado de aprovação), não olvidando, ainda, o direcionamento dado pelo Tribunal naquele Processo nº 29.830/2017. Enfim, a reinclusão e o retorno à ativa ocorreu somente em 2017.

19. Nessa linha, forçoso concluir que, como bem apontou a Instrução, os militares não fazem jus ao aproveitamento do tempo de afastamento para qualquer fim, visto que este não decorreu de erro da Administração, mas de inaptidão na primeira Avaliação Psicológica, cujo resultado (da avaliação) havia sido afastado, por decisão precária do Poder Judiciário, a qual não se manteve, embora posteriormente tivesse havido a benesse da Administração (edição do Decreto e deferimento dos recursos administrativos), possibilitando-lhes a feitura de novas avaliações psicológicas, superando-se o entrave, e, garantindo-lhes os retornos, os quais, repita-se, somente se concretizaram em 2017.



MPCDF

Fl.
Proc.: 22520/18

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

20. Depreende-se que, malgrado a Administração tenha incorrido em lapso temporal considerável, desde a data de publicação do Ato do Governador de deferimento do pleito de reavaliação psicológica, à luz do Decreto autorizativo, já então vigente (2014) e a efetivação das reinclusões (2017), o fato é que não se quedou inerte, e, tampouco, se vislumbra erro procedimental, posto que as tratativas subseqüentes envolveram, ainda, o próprio GDF, a PGDF, bem como a Banca Examinadora (CEBRASPE).

21. Por outro lado, depreende-se que assiste razão aos interessados quanto ao fato de que, outrora, ainda da condição **sub judice**, já haviam concluído o respectivo Curso de Formação e já integravam o Quadro da Corporação. Enfim, já haviam obtido pontuação e classificação na respectiva escala hierárquica, porquanto a Ficha Funcional dos interessados dá conta que o respectivo Curso de Formação de Praças - CFP se iniciou em 20.02.2012 e a inclusão nos Quadros do CBMDF ocorreu em 07.11.2012, curso esse que inclusive foi definitivamente aproveitado e deu suporte ao reingresso dos militares.

22. Nessa linha, no entender Ministerial, partindo-se do pressuposto que o resultado do referido CFP e que vai definir a posição e classificação do militar na escala hierárquica. Tal classificação e ordem inicial de inclusão há que ser mantida em relação aos interessados, para efeito de futuras promoções, desprezando-se, no entanto, o tempo de afastamento, para efeito de tais promoções, nas condições e situações que os regulamentos próprios assim dispuserem (exemplo: apurações de interstício no posto ou graduação).

23. Aliás, o ato de reinclusão do militar deixou assente que teria como respaldo o Decreto nº 35.851/14, bem como o artigo 120, § 2º, da Lei nº 7.479/1986, o qual estipula:

Art 120. Os bombeiros-militares começam a contar o tempo de serviço no Corpo de Bombeiros a partir da data de sua inclusão, matrícula em órgão de formação de bombeiro-militar ou nomeação para o posto ou graduação no Corpo de Bombeiros.

§ 1º Considera-se como data de inclusão, para fins deste artigo, a do ato de inclusão em uma Organização do Corpo de Bombeiros, a de matrícula em qualquer órgão de formação de oficiais ou praças ou a de apresentação para o serviço em caso de nomeação.

*§ 2º O bombeiro-militar reincluído **recomeça** a contar tempo de serviço da data de sua reinclusão.*

(...)

24. O CBMDF deixou assente que, com base em tal dispositivo, “a contagem do tempo de serviço dar-se-á após a reinclusão”, evitando-se a contagem daquele “ficto”.

25. É certo que, quanto ao aproveitamento do tempo em que os militares estiveram afastados (entre a exclusão e a reinclusão), não cabe o aproveitamento, observada a própria jurisprudência colacionada na Instrução, bem como o contido nos citados dispositivos, independentemente de o afastamento ter sido voluntário (como no caso da comparação com a Licença para tratar de interesses particulares) ou involuntário (como no caso da cessação dos efeitos da liminar concedida), o que não impede, no entender Ministerial, que se considere a data de ingresso e o Curso de Formação anterior.

26. Aliás, sob esse aspecto, depreende-se que o intento dos interessados não é computar o período de afastamento (ficto), posto que não se vislumbra pedidos nesse sentido. Ademais, não há que se falar em indenizações pecuniárias quanto ao aludido período, visto que não integravam efetivamente a Corporação (não se encontravam na ativa).

27. No que se refere às promoções por ressarcimento de preterição em decorrência de possível erro da Administração (ao não lhes conceder a promoção naquela



MPCDF

Fl.
Proc.: 22520/18

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

que considera devida e/ou ao efetuar a reinclusão de forma tardia), em decorrência de possível desnecessidade de apuração de interstício, o MPC/DF entende que o pleito dos interessados também comporta temperamentos.

28. Sob esse aspecto, cobra relevo os argumentos dos Recorrentes no sentido de que a necessidade de interstício “não se trata de requisito para promoção em ressarcimento de preterição, já que o direito de preterição é decorrente do reconhecimento do direito de promoção que caberia ao militar preterido”, bem como que “a própria lógica do ressarcimento de preterição garante o direito de ocupar a posição hierárquica devida”, que “o interstício mínimo é exigido para casos de promoção por antiguidade, conforme se denota do caput do artigo 12 do Decreto Distrital nº 10174/1987, e não para promoção em ressarcimento de preterição”.

29. Merece destaque, também, a conclusão a que chegaram a partir de tais considerações, ao pontuarem que, “se a causa para que os Interessados ainda não tenham cumprido o requisito do interstício mínimo foi um erro comprovado da Administração, não podem ser responsabilizados e punidos indefinidamente, do contrário nunca haveria efetivamente promoção em ressarcimento de preterição”.

30. O fato é que, quanto às promoções, a Lei nº 7.479/1986, assim dispôs em seus arts. 61 e 62:

*Art 61. O acesso na hierarquia do Corpo de Bombeiros é seletivo, gradual e sucessivo e será feito **mediante promoção**, de conformidade com o disposto na legislação e regulamentação de promoções de oficiais e de praças, de modo a obter-se um fluxo regular e equilibrado de carreira para os bombeiros-militares.*

§ 1º O planejamento da carreira dos oficiais e das praças, obedecidas as disposições da legislação e regulamentação a que se refere este artigo, é atribuição do Comando do Corpo de Bombeiros.

§ 2º A promoção tem como finalidade básica a seleção de bombeiros-militares para o exercício de funções pertinentes ao grau hierárquico superior.

Art 62. As promoções serão efetuadas pelos critérios de antiguidade e merecimento, ou, ainda, por bravura e post mortem.

*§ 1º Em casos extraordinários, **poderá haver promoção em ressarcimento de preterição, independentemente de vaga.***

*§ 2º A promoção de bombeiro-militar, **feita em ressarcimento de preterição**, será efetuada **segundo o critério de antiguidade ou merecimento**, recebendo ele o número que lhe competir na escala hierárquica **como se houvesse sido promovido, na época devida, pelo critério** em que ora é feita sua promoção.*

31. Portanto, pelo que se depreende, para se aferir se o militar foi preterido, ou não, há que se averiguar, se fazia jus à época à promoção, por antiguidade, ou por merecimento. Dessa forma, aduz-se que aquela modalidade (ressarcimento de preterição), não está dissociada desses critérios (antiguidade ou merecimento).

32. Ou seja, nos casos concretos, ainda que se considere os reposicionamentos (classificações) dos militares na escala hierárquica inicial (a partir das respectivas colocações/posições alcançadas ao tempo das exclusões e em conformidade com as turmas de formações do CFP que efetivamente participaram, o fato é que as subseqüentes promoções devem sim seguir também os critérios: de antiguidade e de merecimento e outros (formais) porventura previstos em normas, procedendo-se de igual modo para se verificar se houve, ou não, preterição, para o reconhecimento do direito ao ressarcimento (da promoção).

33. Aliás, na própria Ementa do julgado colacionado pelos Recorrentes (Ementa do Acórdão nº 623.681), houve o destaque no sentido de que : “(...) II - **Estando demonstrado**



MPCDF

Fl.
Proc.: 22520/18

Rubrica

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

o preenchimento dos requisitos formalmente exigidos, à época, para a almejada promoção ao posto de 2º tenente, o ressarcimento por preterição é medida que se impõe. (...) (sublinhei).

34. Verifica-se que, no caso ali tratado, não houve interrupção do tempo apurado e/ou diferenciação de interstício em relação aos demais militares. Naquele caso concreto, o militar, tendo logrado aprovação em dois certames, de 2001 e 2002, consoante decisão judicial, participou efetivamente do CFO-PM a partir de 2003 (alusivo ao primeiro concurso) e formou-se em 2005. A Corporação havia entendido que deveria fazer parte da Turma de 2004, com promoção em 2006, o que motivou aquela demanda. Ou seja, reconheceu-se que foi preterido porque efetivamente formou-se em dois 2005, tendo reunido todos os critérios para a promoção na data que os demais da Turma de 2003, em especial, quanto ao interstício, consoante excerto a seguir:

(...)

Diante do exposto, verifica-se que o autor preenchia os requisitos necessários à promoção a 2º tenente na data de 26/08/2006, pois havia concluído o curso de formação; permanecido pelo tempo mínimo de seis meses no posto de aspirante; possuía aptidão física, como comprovam os assentamentos (fls. 34/35); e possuía o tempo mínimo arregimentado no posto, qual seja, dezoito meses como aspirante. Quanto aos requisitos de conceito profissional e moral, infere-se que também foram atendidos, dado que o autor foi promovido a 2º tenente em data posterior não muito distante da data pleiteada (fls. 33). Ademais, O Distrito Federal não impugnou a alegação do autor de que preenchia os requisitos legais para a promoção em 26/08/2006 e de que havia vaga para tal, tornando a matéria incontroversa.

Enfim, o autor participou do curso de formação iniciado em 2003 com conclusão no início de 2005 e na data em que promovidos os membros desta turma também atendia aos mesmos requisitos.

Nessas circunstâncias, não há amparo legal na solução dada pela Administração de considerá-lo, para os fins de direito, como membro da turma iniciada em 2004. Ainda que se considerasse que sua inclusão na turma de 2003 ocorreu por erro da Administração Militar, não pode esta, sob a justificativa de corrigi-lo, cometer novo erro, adotando medida que viola direito subjetivo do administrado e lhe causar prejuízo.

Constatado erro da Administração, que deixou de promover o autor ao posto de 2º tenente, é cabível a sua promoção em ressarcimento de preterição a contar de 26/08/2006, nos termos das Leis nº 12.086/2009 (...) e nº 7.289/84 (...).

35. Sob esse prisma, o artigo 15 da Lei nº 12.086/2009, que deu suporte àquele julgado, assim dispõe:

Art. 15. Em casos extraordinários, poderá haver promoção por ressarcimento de preterição decorrente do reconhecimento do direito de promoção que caberia a militar preterido.

Parágrafo único. O policial militar será ressarcido de preterição quando:

I - tiver solução favorável no recurso interposto;

II - cessar sua situação de desaparecido, extraviado ou desertor, desde que tal situação não tenha sido provocada por culpa ou dolo do militar;

III - for considerado capaz de permanecer nas fileiras da Corporação em decisão final prolatada a partir de apuração feita por conselho de justificação, conselho de disciplina ou processo administrativo de licenciamento a que tiver sido submetido;

IV - for absolvido ou impronunciado no processo a que estiver respondendo; ou

V - tiver sido prejudicado por comprovado erro administrativo.

36. Vele mencionar que o artigo 74 da mesma Lei, contém idêntica diretriz direcionada ao CBMDF. Nessa linha, importante trazer à lume excerto do Parecer nº 0048/2019-G4P que a analisou o Pleito dos interessados em fase pretérita, com o qual concorda este representante Ministerial:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

14. Nessa esteira, embora o processo de contratação de instituição específica para a aplicação do exame psicológico tenha iniciado em janeiro de 2015, o credenciamento da banca examinadora ocorreu **somente em março de 2016**. Dessa forma, alegaram que a **morosidade na contratação teria esbarrado no princípio constitucional da eficiência**, com prejuízo para as promoções funcionais que fariam jus.

15. Como consequência, aduziram que a postergação das incorporações alterou as posições funcionais anteriormente ocupadas pelos representantes na escala hierárquica de Praças, fato que daria azo à promoção por ressarcimento de preterição, a teor do art. 74 da Lei nº 12.086/2009.

16. Nesse contexto, ao final, requereram que o c. **Plenário** reconhecesse a ocorrência de ofensa aos princípios da isonomia, eficiência e impessoalidade, em face da ausência de celeridade nos atos praticados pelo CBMDF em relação à incorporação dos militares, afim de que sejam corrigidas as suas classificações funcionais e, por conseguinte, sejam promovidos por ressarcimento de preterição na graduação de 3º Sargento, restabelecendo a posição hierárquica que ocupavam antes de serem afastados da Corporação.

(...)

18. Como se vê, o inconformismo dos representantes reside na morosidade da contratação de instituição para a aplicação de exame psicológico (mais de dois anos), o que, segundo informam os denunciante, resultou na alteração das posições anteriormente ocupadas pelos denunciante.

19. Isto é, o cerne da demanda se circunscreve à possível irregularidade na condução de procedimento administrativo levado a efeito pelo CBMDF, consistente na suposta demora em realizar os exames psicológicos para fins de incorporação definitiva dos militares alcançados pelo Decreto nº 35.851/2014, o que teria ocasionado prejuízo nas carreiras dos representantes.

20. Tal fato, no entender dos militares, configuraria **erro administrativo** que motivaria a **promoção por ressarcimento de preterição**, de maneira a restabelecer a posição hierárquica que ocupavam antes de serem afastados da Corporação.

21. No entanto, aos olhos do **MPC/DF**, tais alegações **não merecem prosperar**.

22. Em sua manifestação, o CBMDF informou que os representantes requereram à Corporação a promoção em ressarcimento de preterição à graduação de 3º Sargento QBMG-01, a contar de 30/3/2016, pleito que restou indeferido por **não preencherem os requisitos legais para galgar a promoção - ausência do interstício** previsto no art. 89, V, da Lei nº 12.086/2009, c/c art. 12, II, do Decreto nº 10.174/1987.

(...)

24. Como se vê, o normativo em destaque exige o cumprimento do requisito interstício, definido como o tempo mínimo de permanência em cada graduação. No caso dos Cabos BM, o interstício é de **dois anos**.

25. Sendo assim, como bem exposto pela Unidade Técnica, os militares **careciam de tempo mínimo exigido para serem promovidos**, ou seja, não possuíam o requisito "interstício" previsto no art. 12, inciso II do Decreto 10.184/1987.

26. Ressalto que tal requisito é uma condição **sine qua non** para viabilizar a pretensa promoção. Logo, o CBMDF não poderia reconhecer este direito aos militares, vez que ficaram fora das fileiras da Corporação durante o prazo de contagem para a promoção.

(...)

28. Assim, pode-se afirmar que a Corporação seguiu e aplicou devidamente o normativo legal pertinente ao caso sob análise, em especial aos ditames do Decreto



MPCDF

Fl.
Proc.: 22520/18

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

nº 35.851/2014, havendo sido instaurado procedimento para a escolha e contratação de pessoa jurídica responsável pela aplicação dos testes de aptidão psicológica.

29. No que tange ao alegado “erro administrativo”, nos termos do disposto no art. 74, §1, V, da Lei nº 12.086/2009, “o militar será ressarcido de preterição quando tiver sido prejudicado por comprovado erro administrativo”.

30. Sobre esse aspecto, os representantes arrazoaram que houve erro administrativo por parte do CBMDF motivado pela morosidade na contratação da banca responsável pela aplicação do exame psicológico, o que supostamente caracterizaria uma ofensa aos princípios da isonomia, eficiência e impessoalidade.
(...)

*31. Aos olhos desta Quarta Procuradoria, em linha **convergente** com o entendimento da SEFIPE, tal morosidade não pode ser considerada como elemento ensejador do prejuízo que os autores alegam. Ainda que possível reconhecer referida demora, conforme analisado pela Unidade Técnica, este elemento por si só não conduziria a resultado diverso do que aquele previsto nos normativos, não restando comprovado, portanto, erro administrativo capaz de ensejar a promoção em ressarcimento de preterição.*

*32. Entender de forma diversa equivaleria a permitir o cômputo de período ficto para fins de promoção, o que, a toda evidência, não encontra respaldo legal, mormente em razão de se pretender a contagem de período não laborado. 33. Por fim, conforme bem pontuado pela Unidade Técnica, ressalto que **oc. Supremo Tribunal Federal** decidiu, com **repercussão geral** (Tema 454) no RE 629.392, que “a nomeação tardia de candidatos aprovados em concurso público por meio de ato judicial, à qual atribuída eficácia retroativa, não gera direito às promoções ou progressões funcionais que alcançariam houvesse ocorrido, a tempo e modo, a nomeação”. (Grifos acrescidos)*

37. Tais considerações vão ao encontro do posicionamento Ministerial mencionado alhures, no sentido de que não se comprovou desídia, inércia ou quebra do princípio da impessoalidade e/ou razoabilidade por parte da Administração quanto aos fatos que desencadearam a reintegração dos militares em comento. Corrobora nesse sentido o fato de que os editais de 2017, de convocação para a reavaliação psicológica e de resultado final de tal avaliação, efetuada pela nova Banca constituída em 2016 abrangem não só os dois militares aqui tratados, mas também outros interessados.

38. Superada essa questão, cobra relevo o fato de que, ao tempo em que pugnam, em duas vertentes: a) primeiro, pela “necessidade de aplicação do ressarcimento de preterição, de forma a reclassificar os Interessados em sua turma de origem” (ponto com o qual concorda este **Parquet**); e b) segundo, pelas “...promoções às graduações de 3º Sargento QBMG-01, ocupando suas devidas posições em suas respectivas turmas” (com o qual diverge, devido à necessidade de observância dos demais requisitos: interstício); pugnam, ainda, que: “Na remota hipótese de não se considerar erro da Administração, quando (da) reincorporação dos militares, sobressaindo-se a necessidade de cumprimento do interstício mínimo, o que se admite apenas como hipótese, permanece ainda a necessidade de ser reconhecido o direito de permanecerem em sua turma de origem e, conseqüentemente, suas respectivas posições no Quadro” (o que, em princípio, se mostra em conformidade com o primeiro ponto).

39. Feitas tais considerações, este representante Ministerial entende que o Recurso em voga merece parcial provimento, levando-se em conta os Pleitos dos interessados que, mais uma vez, são reproduzidos, a seguir:



MPCDF

Fl.
Proc.: 22520/18

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

*1) corrija as respectivas classificações na escala hierárquica de praças dos militares **PEDRO ARMANDO SOUSA ALMEIDA**, mat. 2.624.672, entre os militares LUCAS DE ARAÚJO BRITO, mat. 1.919.591, e JEFERSON JOSÉ MOTA DA SILVA, mat. 1.909.370, e **FERNANDO DANTAS SANTOS**, mat. 2.919.572, entre os militares KÁTIA REJANE MOREIRA SOARES, mat. 1.920.813, e IREMAR IZAÍAS DA SILVA JÚNIOR, mat. 1.920.507;*

*2) promova os Bombeiros Militares **PEDRO ARMANDO SOUSA ALMEIDA**, mat. 2.624.672, e **FERNANDO DANTAS SANTOS**, mat. 2.919.572, a graduação de 3º Sargento, em ressarcimento de preterição, consoante os artigos 70, 71 e 93 da **Lei 12086/2009** e (...) a jurisprudência do TJDF, uma vez que, como visto, a reinclusão não afeta a antiguidade e hierarquia.*

3) ou, na remota possibilidade, sobressaindo-se a necessidade de cumprimento do interstício mínimo, que sejam reclassificados, tão logo cumpram a exigência, que, nesse caso, o militar Pedro Armando Sousa Almeida já possui e o militar Fernando Dantas Santos está na iminência de ter suprida a premissa”.

40. Há que se reconhecer o direito dos militares à possível classificação na escala hierárquica, levando em conta as Turmas de origem (de realização do CFP então concretizado em 2012), porém, se imiscuir na entre quais nomes devem figurar, visto que denota reavaliação por parte da Administração não olvidando que, ainda, que no pedido formulado (item 1) há citação a “terceiros”, que não figuram na relação processual no presente feito. A promoção por ressarcimento de preterição (item 2) não merece ser acolhida, em face da não comprovação dos requisitos necessários. A reclassificação se mostra plausível (item 3), desde que atendidos os requisitos legais para tanto, inclusive, quanto aos interstícios necessários.

41. Por fim, cumpre destacar que, caso o Tribunal acolha as sugestões apresentadas pelo Núcleo de Recursos do TCDF, no sentido de negar provimento total ao Pedido de Reexame, o MPC/DF entende que tal fator não pode se tornar imperativo para o desfazimento de possíveis promoções já deferidas no âmbito Administrativo, mormente devido ao ulterior possível incremento, nesse íterim, dos requisitos para tanto (a exemplo do interstício).

42. Pelo exposto, lamentando dissentir parcialmente da Unidade Técnica, opina este **Parquet** pelo **provimento parcial** do Pedido de Reexame em apreço, sugerindo ao e. Tribunal:

- no mérito, dar parcial provimento ao Pedido de Reexame interposto, para reformular o item II da Decisão nº 3.502/2019, nos sentido de considerar parcialmente procedente a Representação de que tratam os autos em exame (e-doc 069B873D-c), tendo por plausível o direito dos interessados às reclassificações na escala hierárquica, em conformidade com a data de ingresso na Corporação, ocorrida em 2012 e o posicionamento na Turma do Curso de Formação de Praças - CFP à qual pertenciam, nos moldes do artigo 120 da Lei nº 7.479/1986, e levando em conta possíveis promoções a que façam jus, tão-logo tenham complementado e/ou complementem os interstícios necessários, e demais requisitos previstos em seus normativos, determinado ao CBMDF que adote as medidas cabíveis com vista à efetivação de tais direitos albergados;

É o parecer.

Brasília, 14 de dezembro de 2020.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador